



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018 – 2022)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Carta do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD – Envia a Proposta de Candidatura ao Cargo de Juiz do Tribunal Constitucional.....	78
Anexos	79

Carta do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD

N/Ref.^a of n.º 55/GPCPCD/MDFM-UDD/2019

Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Nacional

São Tomé

Assunto: Envio da Proposta de Candidatura ao Cargo de Juiz do Tribunal Constitucional

Excelência,

Para o efeito julgado conveniente, remetemos em anexo a proposta de candidatura ao Cargo de Juiz do Tribunal Constitucional em nome desta Bancada.

Sem outro assunto de momento, agradecemos que aceite os nossos melhores cumprimentos.

Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD na Assembleia Nacional, aos 08 de Janeiro de 2019.

O Líder da Bancada, Danilson *Alcântara Fernandes Cotú*.

Anexos



CARTÓRIO NOTARIAL DE SÃO TOMÉ

A cargo do Notário Lic. Bonifácio Fernandes d'Almeida

PÚBLICA FORMA
(Conferência de fotocópia)

CERTIFICO que a fotocópia apensa, está conforme o respectivo original, que me foi presente para conferir e restitui ao apresentante.

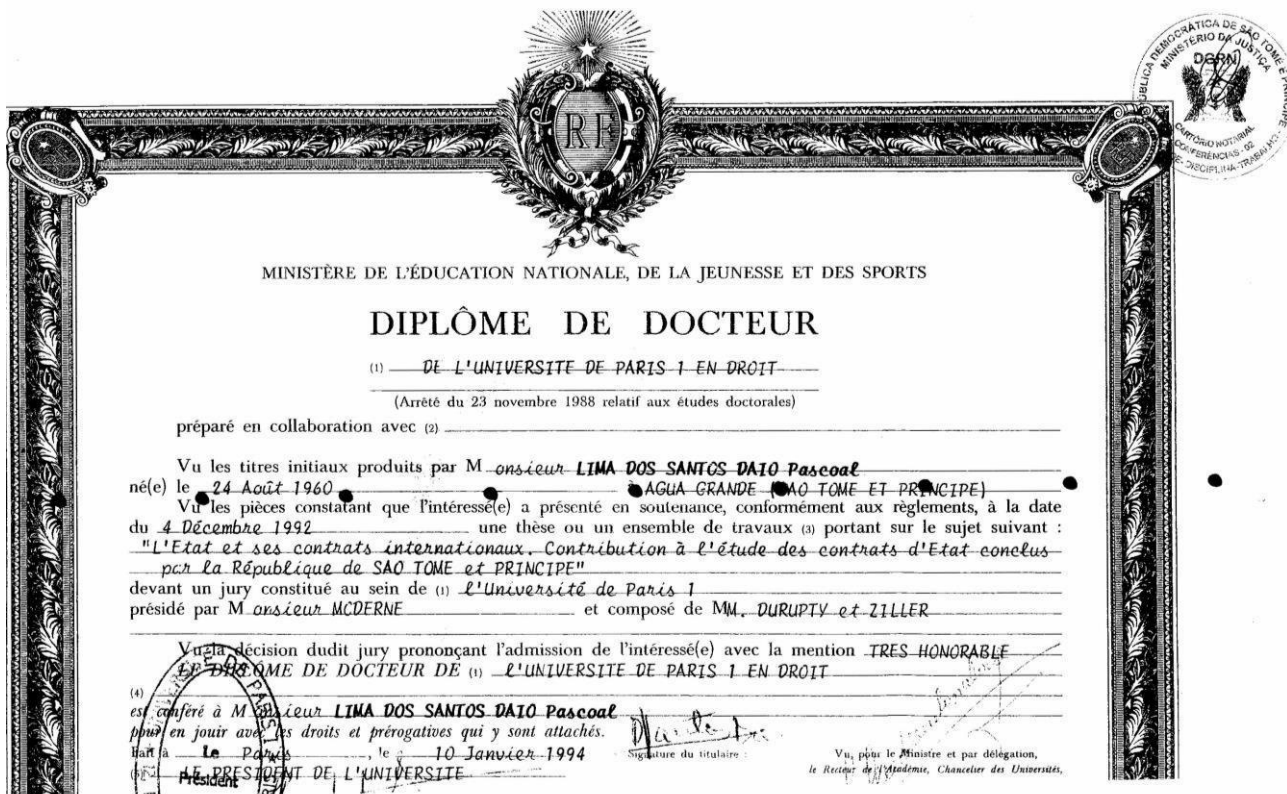
Cartório Notarial de S.Tomé, terça-feira, 8 de janeiro de 2019

CONTA Conferência

Titular do documento: **PASCOAL DAIO**

Extraída de:	DIPLOMA	
Paginas:	0	
Impresso	0	DbS...
Emolumento:	30,00	
Selo de Assistência	2,00	
Selo do Acto	8,00	
Selo Fiscal:		
Urgencia:	0,00	
Total a Pagar:	30,00	
Reembolso deduzido:	2,00	
Elaborado em:	08-01-2019 10:18	
Registado sob o n.º		





Declaração

Pascoal Lima dos Santos Daio, Doutor em Direito e Professor Universitário, portador do Bilhete de Identidade n.º 21301, residente na Rua Padre Martinho Pinto da Rocha – cidade de São Tomé, declara pelo presente instrumento, nos termos do artigo 254.º, n.º 2.º, do Regimento da Assembleia Nacional, que aceita a candidatura apresentada pelos Deputados, para o exercício das funções de Juiz do Tribunal Constitucional.

Para valer, vai a presente declaração, devidamente assinada.

Pascoal Lima dos Santos Daio.

CURRICULUM VITAE

Pascoal Lima dos Santos Daio
(Doutor em Direito pela Universidade de Paris I – Sorbonne)

Nacionalidade: São-tomense
Nascido em 24 de Agosto de 1960
Casado
Caixa Postal n.º 493
EMAIL: pascoaldaio@hotmail.com
São Tomé e Príncipe

Percurso Universitário e Académico

04/12/1992 – Obtenção do Grau de Doutor em Direito pela Universidade de Paris I – Sorbonne – com menção Honrosa
Tese de Doutoramento «O Estado e os seus Contractos Internacionais»
1987/1988 – Mestrado em Direito Público pela Universidade René Descartes – PARIS V com menção Bom.
1987/1988 – Auditor na Escola dos Advogados em Paris
1986/1987 – Maitrise em Direito Privado, opção «Carreiras Judiciais e Jurídico Forense» na Faculdade de Direito e Ciências Políticas de Clermont – Ferrand (França)
1983/1986 – Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito e Ciências Políticas de Clermont – Ferrand (França).
1982 – Obtenção do Diploma de língua Francesa de acesso as Universidades (Vichy – França)

Actividades Profissionais **2001/2019**

– Advogado inscrito na ordem dos Advogados – Cédula Profissional n.º 17.
– Professor de Direito Constitucional e do Contencioso Constitucional na Universidade Lusíada e na Universidade Pública da São Tomé e Príncipe.
– Advogado e Arbitro designado pelo Estado da República Democrática de São Tomé e Príncipe nas arbitragens internacionais (Synergies Investments, Lda. e MSF contra o Estado de São Tomé e Príncipe).
– Consultor e Advogado de varias empresas públicas e privadas (Bancos, Companhias de Seguros, empresas de Comércio Geral, de Construção Civil e de Telecomunicações).
1997/2001 – Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe.
1993/1997 – Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe.
1991/1993 – Consultor Jurídico de vários Ministérios Governamentais (Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Agricultura – Projecto de Privatização, Ministério de Plano e Finanças, Ministério das Obras Públicas e da Assembleia Nacional – Elaboração e Redacção de Pareceres de alta indagação Jurídica).

Conferências e Estudos

– Membro da Delegação governamental para conferência mundial sobre os Direitos do Homem (Viena - Áustria, Junho de 1993).
– Membro da Delegação Governamental para a negociação dos contractos do Estado em matéria de investimentos internacionais (Paris, Fevereiro 1993).
– Participação no curso de Altos Estudos Francófonos no Instituto Superior de Altos Estudos Francófonos, Paris 1997.
– Seminário e Conferência nos Estados Unidos de América sobre o «Estado e a Administração da Justiça» (Abril/Maio de 1996).

– Participação em Seminários e conferências de estudo no Tribunal de Contas de Portugal, no Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e do Brasil.

Obras Escritas e Publicadas

- L'Etat e ses contrats internationaux «Contribution à l'étude des contrats d'Etats conclus para la République de São Tomé e Príncipe» (Universidade de Paris - I - 1992 - depositário Biblioteca Cujas em Paris e Ficheiro Central de Teses - Lille/França).
- Contratos internacionais e Poder Normativo do Estado (Março 2004)
- Alegações finais no processo de Arbitragem da CCI – Câmara de Comercio Internacional e requerimentos avulsos - (Pascoal Daio e Afonso Varela) /Abril 2008.
- Crise do Veto Presidencial e a dissolução da Assembleia Nacional (Janeiro de 2003).
- Imunidade parlamentar e a sua relação com as Autoridades Judiciais (Novembro de 2004).
- A influência do sistema eleitoral sobre a vida e as condições de Governação na República de São Tomé e Príncipe (Julho de 1993).
- O sistema eleitoral e a estabilidade do grupo parlamentar (Estudo do caso de renúncia do mandato de Deputado Dr. Guilherme Pósser da Costa em 2005).
- Fraude a Lei da nacionalidade (Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de Junho de 2001 – TELA NOM 2001)
- A controversa nomeação do Procurador-Geral da República (Outubro de 2003).
- O exercício das profissões de Contabilista e de Revisor Oficial de Contas à luz das normas editadas por organizações internacionais.
- O Conselho de Ministros no Centro da Vida Política.
(Comentário da versão original do artigo 76.º, alínea i) do artigo 76.º da Constituição Política· «*Compete ao Presidente presidir o Conselho de Ministros sempre que o entenda*».
- Democracia Liberal: História, Fundamentos e Instituições (Instituto para Democracia e o Desenvolvimento
- Presidido pelo Dr. Carlos Graça) (Outubro 2004).
- Liberdade de Imprensa e Boa Governação (Maio 2004).
- A domiciliação dos Contractos de Seguro em São Tomé e Príncipe.
- O Flagelo da Corrupção Eleitoral.
- A obrigação de Julgar.
- Os Deputados e a crise da representação política.
- As antinomias constitucionais resultantes da revisão constitucional de 2003.
- Os poderes constitucionais do Presidente da República (Revisão 2003).
- Legitimidade e legitimação da Justiça Constitucional (Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe 2018).

Áreas de Competência

- Direito Constitucional e Ciências Políticas
- Contencioso do Poder Público (contencioso constitucional, contencioso administrativo)
- Direito Internacional Público e Privado
- Direito Administrativo
- Direito parlamentar e Contencioso Eleitoral
- Contractos Internacionais de Estado em matéria de investimento internacional
- Contencioso e Arbitragem internacional
- Direito Civil (obrigações/contractos especiais) e processo executivo
- Direito Penal e Processo Penal
- Direito Processual

Pascoal Lima dos Santos Daio.